

Cultura e urbanidade: da metrópole de Simmel à cidade fragmentada e desterritorializada

Culture and urbanity: from Simmel's metropolis
to the fragmented and deterritorialized city

Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia

Resumo

Este texto destaca conceitos centrais da obra de Simmel sobre cultura urbana, metrópole e modernidade, bem como aspectos epistemológicos de suas análises, articulando-os às teorias recentes sobre as transformações nas cidades contemporâneas. Ressalta a mercantilização, a "tragédia da cultura" e seus efeitos sobre a mentalidade dos cidadãos. A metrópole vista como local de conflitos, trocas, consumo, colisão de corpos, mobilidades, passagens de fronteiras e as metáforas das pontes e portas, a moda, a *coquetterie* nos confrontam com as posições filosóficas e sociológicas de Simmel na busca por compreender em que elas nos ajudam a pensar sobre a urbanidade contemporânea, considerando-se os novos espaços de comunicação, fragmentação, (des)territorialização e outras dimensões socioculturais.

Palavras-chave: cultura; urbanidade; território; metrópole contemporânea; desterritorialização.

Abstract

This paper outlines the central concepts of Simmel's work on urban culture, metropolis and modernity, as well as the epistemological aspects of his analysis, linking them to current thinking on the transformations of the contemporary city. It highlights the money economy, the "tragedy of culture" and its effects on the individual's mental life. The metropolis is seen as place for conflicts, exchanges, consumption, collision of bodies, mobilities, border crossings and the metaphors of the bridges and the doors, the fashion and the coquetterie. This view confronts us with Simmel's philosophical and sociological positions in our quest to understand how they can help us to think about contemporary urbanity, considering the new spaces of communication, fragmentation, (de) territorialization and other socio-cultural dimensions.

Keywords: culture; urbanity; territoriality; contemporary metropolis; deterritorialization.

Introdução

O tema da metrópole ocupa um espaço central nos escritos de teóricos importantes na virada do século XIX para o XX, com ênfase nas transformações que aconteceram na Europa Ocidental. A passagem da pequena para a grande cidade, a concentração de pessoas e de riquezas, o desenvolvimento da indústria e da economia monetária, a modernização tecnológica do meio ambiente, em particular a instalação de uma rede de transportes coletivos e de eletricidade, o surgimento do lazer de massa, a agitação nas ruas, os movimentos estéticos (impressionismo, expressionismo, naturalismo, etc.) e as tensões socioespaciais múltiplas representam para Georg Simmel a emergência de uma cultura metropolitana vivida de forma intensa cuja sensação se assemelha, nas palavras de Füzessey e Simay (2008), a um “choque das metrópoles”.

Neste texto, busco traços da obra de Simmel (1858-1918), em especial suas percepção e concepção da metrópole e da vida urbana moderna enquanto contribuições epistemológicas fundamentais para a compreensão da urbanidade contemporânea, considerando-se o contexto atual e os novos espaços de comunicação, fragmentação, (des)territorialização e outras dimensões socioculturais. Em outras palavras, procuro compreender em que ainda nos servem suas metáforas e suas posições filosóficas e sociológicas no esforço para entender o que não é mais como na época de sua formulação.

Na sequência, ainda nesta introdução, apresento aspectos gerais de seu pensamento e nos itens seguintes procuro articulá-los às ideias de diferentes teóricos contemporâneos

que discutem cultura e urbanidade apontando as transformações nas metrópoles, as novas formas de organização socioespaciais, as imagens e os conceitos de cidade que exigem novas posições de análise, intervenção e gestão dos espaços urbanos. Finalizo este texto ressaltando as contribuições de Simmel, a força analítica das abordagens centradas na questão da copresença no espaço público, na própria análise da condição de habitantes das metrópoles e nas dinâmicas relacionais para a compreensão dos sentidos e dos desafios da urbanidade contemporânea.

Simmel deu uma contribuição inédita ao sentido da modernidade e à compreensão da cidade de um ponto de vista especial, que pode ser qualificado de “sensível”. A despeito das teorias socioeconômicas e sócio-históricas da modernização desenvolvidas pelos precursores da sociologia alemã, esse autor definiu a modernidade pelo prisma das transformações fisiológicas e psicológicas da experiência subjetiva dos habitantes das grandes cidades. Mostrou que as mudanças do ambiente urbano tinham transformado radicalmente as condições da experiência sensível e, por meio dela, modificado o aparelho sensitivo humano. Ao fazê-lo, colocou as bases de uma teoria da modernidade que Vandenbergue chama de “relacionista e vitalista” (2005, p. 130).

Nas análises de Simmel, as implicações espaciais do desenvolvimento da modernidade estão presentes nas metrópoles segundo o mesmo paradoxo que ele identifica entre cultura objetiva e cultura subjetiva. Para Simmel, a fronteira, assim como a cidade, “não é uma entidade espacial com consequências sociológicas, mas uma entidade sociológica formada espacialmente” (Simmel, 2000a, p. 143).

Convém esclarecer o que Simmel entende por cultura e como ele define o que seria a crise da cultura ou a “tragédia da cultura” como será referida ao longo deste texto. O conceito de cultura está posto em Simmel fundamentalmente na relação entre sujeito e objeto. Relação esta de mútua determinação, dialética e flutuando entre o dualismo de vida (fluxo contínuo) e forma (sua cristalização) e a superação desse dualismo. Simmel considera ainda que os objetos sejam espíritos objetivados dos quais ele procura apreender os significados decorrentes desse processo de objetivação. O jogo é explorar a relação sujeito e objeto, analisando e interpretando este último para fazer emergir o espírito cristalizado que permanece nele, considerando-se que o próprio objeto é o resultado do sujeito e ao mesmo tempo difere dele.¹

A tragédia assume um sentido que remonta à tragédia grega clássica, apontando para a peculiaridade de que as forças que destroem e desmobilizam um ser foram produzidas pelas próprias criações e tendências desse mesmo ser. É na vida moderna regida pela economia monetária que acontece a transformação descontrolada dos meios em fins e dos fins em meios, dos sujeitos em meios e dos objetos em fins, ao ponto de afetar a própria subjetividade dos sujeitos que passam a ser dominados por eles ao invés de dominá-los segundo seu desejo.² Simmel (2000b) atribui um caráter universal ao fetichismo da mercadoria e afirma ser essa uma situação problemática típica da vida moderna com uma capacidade de crescimento ilimitada e por vastos territórios.

Preocupado em desdobrar a ideia de uma “cultura filosófica” (Waizbort, 2000) e com a possibilidade de existência das

formas de interação social, Simmel aborda questões espaciais como dimensões cruciais da interação social e das formações culturais. A maneira como explora essas dimensões é singular por fazê-lo segundo perspectivas variadas, relacionando questões econômicas, filosóficas, sociológicas e observações da vida cotidiana.

O fato de Simmel estar presente com especial relevo nas obras de alguns dos principais sociólogos que pensam sobre a cidade contemporânea corrobora, por si mesmo, a atualidade e a pertinência do seu pensamento. Nesse sentido, destaco conceitos e ideias apresentadas por Simmel em seus próprios livros publicados mais recentemente em inglês e em francês, além dos trechos de sua obra e ensaios organizados em coletâneas por diversos autores contemporâneos.³ Em especial *Filosofia do Dinheiro* (Philosophie des Geldes, 1900) e *Sociologia. Estudo sobre as formas de socialização* (Soziologie, 1908) e ensaios e trechos de suas obras como: *O conceito e a tragédia da cultura* (Der Begriff und die Tragodie der Kultur, 1911/12), *O conflito da cultura moderna* (Der Konflikt der Modernen Kultur, 1918), *O futuro da cultura* (Die Zukunft unserer Kultur, 1909), *A sociologia dos sentidos* (Soziologie der Sinne, 1907), *A sociologia dos espaços* (Soziologie des Raumes, 1903), *Pontes e portas* (Brücke und Tür, 1909), *A filosofia da moda* (Philosophie der Mode, 1905), *A metrópole e a vida mental* (Die Grossstädte und das Geistesleben, 1903), *A exposição de comércio em Berlim* (Berliner Gewerbeausstellung, 1896), *As ruínas* (Die Ruinen, 1908) e *O indivíduo e a liberdade* (Das Individuum und die Freiheit, 1909), entre outros.

Dentre as coletâneas, acima mencionadas, resalto neste artigo: *Simmel on Culture. Selected writings*, de Frisby e Featherstone (2000) e *Simmel e a modernidade*, organizado por Souza e Ölze (1998), bem como dois ensaios publicados no livro *L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine* por Yves Grafmeyer e Isaac Joseph (1990).⁴ A discussão aqui apresentada se inspira ainda nas leituras e interpretações realizadas por outros estudiosos da obra simmeliana, em especial Vandenbergue (2005), Füzesséry e Simay (2008), Paquot (2008), Jonas (2008) e Waizbort (2000). Ademais, complemento estas reflexões com outros autores que atualizam o tema da metrópole e da urbanidade contemporânea do ponto de vista das transformações socioespaciais recentes, em suas dimensões territoriais e nas representações sobre a cidade articulando campos disciplinares diversos, em especial, o planejamento urbano, a sociologia e a antropologia do urbano.

O território urbanizado e como se estruturam as práticas, mentalidades e relações

Reconhece-se hoje a emergência de uma cultura urbana renovada, de formas de afirmação de expressões culturais diversas, algumas consideradas "extremas" (Canevacci, 2005), outras localizadas, globalizadas e diferentes modos de (des)localização, (des)territorialização e (re)resignificação em metrópoles mundiais.

Há também uma necessidade de avaliação rigorosa dos vários parâmetros socio-culturais que condicionam os modos de

organização da vida social. Como afirma Fortuna (2002), amplia-se a necessidade de uma reforma epistêmica dos instrumentos analíticos e conceituais sobre a cidade e a "reinvenção do urbano" assinalada, em parte, pelo movimento de afastamento gradual e pela não coincidência entre o território urbanizado da cidade e o modo como se estruturam as práticas, mentalidades e relações sociais que ali se desenvolvem e que podemos chamar de cultura urbana.

Argan (1998) reforça esse debate ao colocar a necessidade de uma reforma epistemológica dos instrumentos analíticos e conceituais sobre a cidade e o urbano, bem como de se apontarem os limites da técnica. Nas palavras do autor:

[...] como disciplina que visa interpretar, estabelecer, reorganizar e finalmente programar para o futuro a conformação da cidade, o urbanismo está se separando cada vez mais de seu objeto, dir-se-ia até que aspira a destruí-lo. (Ibid., p. 15)

Bresciani (2008), por seu turno, nessa mesma crítica ao urbanismo e à cidade moderna, sobretudo quanto aos seus ideais de progresso e à crença nas possibilidades infinitas da técnica, refere-se aos primeiros críticos dessa forma de estabelecer a relação entre homem e cidade, citando como exemplos: Camille Sitte, Georg Simmel, Walter Benjamin, entre outros, que

[...] denunciavam a fatuidade de idealizar-se uma razão única, despojada da tradição e da história, uma razão obediente à sua própria lógica, construtora de formas belas e logicamente irreprensíveis – constituições, governos, raciocínios, edifícios, cidades. (Ibid., p. 17)

Os ensaios de Simmel e a própria forma de construção de sua teoria social apontam também para a necessidade de uma nova postura do urbanista/pesquisador ante a cidade: se desterritorializar, rizomatizar⁵ (Deleuze e Guattari, 1995) para, em uma multiplicidade de sentidos, interrogar a cidade do ponto de vista das subjetividades, reciprocidades e práticas cotidianas e avançar para identificar e avaliar a relação entre os “dispositivos técnicos” e as “disposições sociais” (Joseph, 2002), a fabricação e os seus praticantes.

Certamente que sua abordagem metodológica e epistemológica do fenômeno metropolitano é essencialmente sociológica, entretanto, Simmel realiza uma aproximação com a metrópole enquanto lugar específico de socialização e espaço de emergência de novas formas espaciais e estéticas, como indicam seus ensaios sobre Roma, Florença e Veneza (Jonas, 2008), entre outros. Mas é em seu ensaio sobre *As grandes cidades e a vida do espírito* (Simmel, 2000c), no qual retoma o essencial de uma conferência intitulada *Metrópole e mentalidades* (Grafmeyer e Joseph, 1979), que desenvolve uma análise especialmente fecunda da condição urbana moderna.

Diferente da vida nas pequenas cidades, a experiência metropolitana se caracteriza, segundo ele, por uma “intensificação dos estímulos nervosos que resultam das transformações ininterruptas de *stimuli* externos e internos” gerados pelo ambiente urbano (Simmel, 2000c, p.175). O cidadão é submetido a múltiplos choques dos quais ele tenta se proteger, embora modifiquem profundamente seu psiquismo e seu aparelho sensitivo. Segue-se uma propensão à individualização, à intelectualização, ao cálculo, à indiferença e à

racionalização das relações sociais que analisa como uma “proteção subjetiva contra as ameaças constantes e as discrepâncias do ambiente externo” na metrópole (Ibid., p. 176).

As condições de vida moderna criaram as situações, formas e necessidades específicas de comportamento e sensibilidade, um modo de vida que exerce influência sobre a consciência dos homens. O verdadeiro bombardeio de imagens a que são submetidos ao saírem às ruas não pode ser acompanhado pela consciência, nem sua capacidade de lhes atribuir sentidos. Diante do fluxo intenso de imagens e sua variedade nas metrópoles, o indivíduo reage como o faz no interior dos transportes públicos ou em outros locais quando se vê colocado em uma situação de proximidade excessiva, variável e relativamente demorada ante os outros: impossibilitado de reagir com a energia apropriada ou de manter contato com elas, ele apenas deixa fluir, se distancia do que está próximo demais, transformando o contato com o estranho suportável e corriqueiro. O anonimato e a impessoalidade, quando o indivíduo se esconde por trás do grupo, são também parte da objetividade característica da vida nas metrópoles.

Essa atenção às transformações dos registros da experiência subjetiva conduz Simmel a estudar a aparição de novas condutas urbanas – a reserva, a atitude *blasé*, a *coquetterie*, o conflito, o estrangeiro – como os pontos de partida de uma sociologia da cultura e uma sociologia dos sentidos, próprias à grande cidade, destinadas a analisar os fatos provenientes da constituição sensorial do homem, os modos de percepção mútuos e as influências recíprocas que daí derivam para a significação da vida coletiva. Para Simmel, os conflitos, a

definição de fronteiras simbólicas e o choque metropolitano são também determinantes na compreensão da experiência de modernidade.

É possível, então, identificar duas grandes direções das reflexões de Simmel imbricadas em suas obras e que incluem a metrópole: as formas sociais que derivam da grande cidade do capital e da modernidade e o “espírito” das metrópoles. Na primeira, esclarece conceitos e seu método de análise da morfologia social numa abordagem centrada em estabelecer tipos-ideais. Na segunda direção, apresenta uma filosofia da vida e suas figuras urbanas são apreendidas como fragmentos do cotidiano. Simmel preocupa-se com os fatores estruturais do mundo moderno, a economia monetária e a divisão social do trabalho e com os fenômenos cotidianos mais fugidios e fragmentários (que chama de conteúdos das formas sociais: pulsões, interesses, tendências, desejos, etc., que se expressam nos indivíduos). Como afirmam Souza e Öelzer:

Simmel possui o talento de perceber o eterno, invariável e essencial nos fenômenos aparentemente mais casuais e superficiais da vida cotidiana. (1998, p. 17)

Nesse sentido e na busca de compreender a cidade contemporânea, parece-me essencial destacar a força metafórica das pontes e portas a partir da qual Simmel analisa a capacidade do ser humano de associação e de atravessar fronteiras. Ele afirma:

[...] porque o ser humano é um ser de conexão que deve sempre separar e que não pode conectar sem separar – precisa primeiro conceber, intelectualmente, como uma separação, a existência indifferente dos dois lados de um rio, para

reliá-los por uma ponte. E o ser humano é também um ser de fronteiras que não tem fronteiras. O fechamento de sua vida doméstica através de uma porta significa que ele separa assim uma parcela da unidade ininterrupta do ser natural. Mas mesmo se a limitação disforme tomar forma, sua limitação encontra seu significado e dignidade apenas no que a mobilidade da porta representa: na possibilidade de romper esta limitação a todo instante para ganhar a liberdade. (Simmel, 2000d, p. 174)

Pode-se, então, refletir sobre os muros, reais e simbólicos, erguidos nas cidades contemporâneas e que não param de se multiplicar ao nosso redor, encerrando não apenas bairros de uma cidade, favelas em bairros de camadas médias, mas também entre cidades, as *gated communities* que se impõem atualmente como produtos imobiliários de valor e o crescimento da demanda por esses enclaves residenciais, supostamente “seguros”. Tais empreendimentos imobiliários não nos dão qualquer evidência de que aumentem assim as relações comunitárias, as trocas entre vizinhos. Ao contrário, apenas banalizam o isolamento, revelando uma fragilidade afetiva de seus moradores sempre à espera de uma chamada telefônica, de uma mensagem de e-mail, de um chamado distante que possa manifestar certa proximidade, familiaridade, alguma ligação que justifique por ela mesma o desligamento que esse tipo de moradia exige.

Assim também a cidade virtual, dentro da qual se tem um lugar (um portal, um endereço, um *site*, um *blog*, um *twiter*, etc.) para o jogo das trocas de informações, facilita os contatos e os afastamentos sem, entretanto, assegurar o encontro e a integração. A troca

eletrônica não requer essa disponibilidade, essa presença, essa responsabilidade com o outro que o encontro, a conversa telefônica, a carta propiciam. No entanto, essa forma de comunicação apresenta hoje múltiplas facetas a serem analisadas considerando-se seu potencial transgressor e agregador evidenciado de forma muito clara no caso do recente conflito político no Egito (fev. 2011), divulgado pela mídia nacional e internacional, no qual um ditador foi derrubado com a ajuda de conexões via internet, de pontes construídas para romper as tentativas do poder estatal de impedir a comunicação para a organização dos protestos nas ruas da cidade do Cairo. E mais, as conexões cortadas foram viabilizadas por meio das redes internacionais disponibilizadas por sistemas alternativos em outros países.

Uma teoria relacional e vitalista da modernidade

Se a modernidade é concebida e vivenciada por Simmel como um fluxo de um mundo interior cujos conteúdos substanciais são constantemente dissolvidos pelo movimento, numa visão muito próxima do sentido que Baudelaire a entendia, ou seja, como o transitório, o fugidio, o contingente (Frisby, 2008), a reflexão de Simmel sobre a metrópole representa o ponto de intensificação crucial da modernidade junto com a economia monetária. No contexto de sua teoria social, é muito mais a vida urbana do que a indústria ou a produção ou a organização racional a chave para a compreensão da modernidade. Sua análise se concentrou nas consequências pessoais do envolvimento nas

esferas da troca, do consumo e da circulação de mercadorias e de indivíduos. Embora a metrópole fosse o lugar da dominação da cultura objetiva e da “cultura das coisas”, a problematização do desenvolvimento da identidade e da subjetividade do cidadão permaneceu uma preocupação central das “sociologias de Simmel” (Vandenbergue, 2005).

Diversos autores indicam que é da confrontação de Simmel com a metropolização da sociedade alemã, em especial de Berlim, que surge sua convicção de que a metrópole representa a imagem fragmentada, mas genérica da modernidade. É a partir de sua vivência em Berlim que se interessa pela forma como as mudanças no ambiente urbano modificam a sensibilidade humana e, ao fazê-lo, afetam a natureza da experiência moderna.

Assim como Walter Benjamin, Simmel também se refere às mudanças profundas no aparelho perceptivo observando os pedestres nas ruas da grande cidade. Observa que o deslocamento do indivíduo se encontra condicionado por uma série de choques e conflitos, sobretudo visuais. Afirma que a superabundância de imagens e impressões nas grandes cidades arranca do sistema nervoso, pela rapidez e intensidade de sua alternância, respostas violentas, submetendo-o a choques tais que o homem usa suas últimas forças e não consegue se reconstituir.

É importante lembrar que Simmel explica esses novos registros da experiência subjetiva não por meio de conceitos totalizantes, mas a partir de uma atenção aos detalhes concretos, aos fenômenos de superfície, acessíveis à experiência sensível da vida nas cidades: o lugar característico das grandes cidades (as ruas, os cafés, os cinemas, as salas de espera,

os parques, as calçadas), os objetos do cotidiano (relógios, guarda-chuvas, máquinas de escrever, redes de montagem) ou ainda os tipicamente citadinos (a indiferença, a reserva, a propensão ao conflito, a moda, o lazer, as exposições).

Esses objetos e lugares hoje seriam outros, manter-se-iam as ruas, os bares, os parques, praças e calçadas, salas de espera, acrescentar-se-iam as praças de alimentação dos *shoppings*, os pontos de ônibus, os diversos espaços de encontro dos jovens, a internet, *sites*, *blogs*, enquanto os objetos seriam os celulares, *notebooks*, *palmtops*, *ipods* e aspectos exacerbados do medo, da violência, da desigualdade social, da estigmatização, a formação de tribos urbanas, a arquitetura da vigilância com suas grades, muros altos, câmeras de segurança privadas e públicas. Elementos presentes na experiência subjetiva das metrópoles contemporâneas que indicam as novas formas desse jogo e a complexidade e o aguçamento de algumas das reações subjetivas identificadas nas metrópoles do início do século XX, compatíveis com a alienação e a reificação, a ampliação do desequilíbrio trágico entre cultura objetiva e cultura subjetiva e outras dimensões inexistentes na época da formulação das ideias de Simmel.

De uma série de observações empíricas, Simmel extrai uma teoria geral da modernidade que atribui um lugar central às experiências vivenciadas na grande cidade. Essa forma de pensar a modernidade está associada a um contexto material e intelectual estruturado pelo crescimento explosivo das grandes cidades na Alemanha na virada do século XIX para o XX e articula-se também ao modo como se constrói o debate sobre a modernidade

metropolitana na Alemanha antes e depois da Primeira Guerra Mundial. Muito embora ela deva muito à forma particular como esse autor apreendeu o caráter, sobretudo, visual da urbanização berlinense.

De fato, o contexto no qual se constitui o pensamento de Simmel e sua teoria da modernidade está dominado pelo processo de metropolização, que atingiu a Alemanha de maneira particular. Pela sua extensão e rapidez, o crescimento urbano alemão não afetou apenas o quadro material de vida de numerosos citadinos,⁶ mas produziu igualmente uma experiência singular da época, dominada por uma sensação de crise. Uma sensação que se estende até a atualidade, tomando formas diversas e ampliadas, pelo caráter de conflitividade, heterogeneidade e diversidade de experiências do espaço metropolitano. Além de estar constantemente em estado de estruturação e reestruturação, de elaboração e reelaboração de suas definições e propriedades, cada vez mais ampliado, mundializado e desterritorializado.

Observando o ritmo do crescimento urbano alemão, Füzessey e Simay (2008) distinguem duas gerações: a primeira, nascida entre meados dos anos 1850 e meados de 1870, contemporânea da explosão urbana e a segunda nascida entre meados dos anos 1880 e o fim dos anos 1890, posterior à explosão urbana. Entre esses dois grupos está a Grande Guerra, pela profundidade de seu impacto cultural sobre a sociedade alemã, marcando um tipo de fronteira.

Nascido em 1858, Simmel pertence à primeira geração confrontada à metropolização. É um testemunho do explosivo crescimento urbano alemão. Dentro de um país ainda

dominado pelas estruturas do mundo rural, a urbanização intervém com uma rapidez sem comparação na Europa. Perto dos anos 1850, 15% dos alemães viviam em aglomerações de mais de 5.000 hab. e apenas mais de 3% em cidades de mais de 100.000 hab. Em 1890, 51% dos alemães viviam em cidades, contra 41% quinze anos antes. Em 1910, seriam aproximadamente 49% de cidadãos vivendo nas grandes cidades, sendo que um entre dois alemães vivendo e trabalhando na cidade, e cerca de um dentre cinco em uma das 48 metrópoles do Reich (ibid., p. 18).

A partir desse contexto, Simmel capta e nos apresenta um estilo de vida metropolitano paradigmático, onde o indivíduo precisa circular por um mundo cada vez mais objetivo, onde a sensibilidade deve se refugiar nos interstícios da vida urbana cada vez mais societária e menos comunitária. É um mundo objetivo individualista, dominado pelo intelectualismo, pelo cálculo e pela economia monetária. Mas, ao mesmo tempo, Simmel não renuncia à ideia de que a metrópole da modernidade também seja capaz de criar as condições psicológicas para a sensibilidade da alma do cidadão (Simmel, 2000c, 2005). Como afirmam Jonas e Weidmann (2006), foi um dos primeiros sociólogos e filósofos da cultura a perceber que o questionamento sobre a estética da cidade e o lazer de massa associa-se a uma reflexão sobre a sociedade e as novas formas sociais e espaciais que ela mesma criou.

Assim, a contribuição de Simmel à discussão sobre a metrópole e a modernidade aponta, de um lado, para uma crítica da modernização ou a reforça, mesmo que involuntariamente, uma vez que uma abordagem sensitiva da modernidade possibilita

um entendimento sobre o modo como foi sentida, compreendida e rejeitada. Revela que a experiência da grande cidade é, antes de tudo, uma experiência traumática da modernização, dominada pela hiperestimulação sensorial e pelo estado de choque. Ademais, essa experiência é a origem de um abatimento psíquico, de uma perda de orientação espaço-temporal, de certa dissolução das experiências de transmissão intergeracionais, mas pode, por outro lado, ser compreendida como uma tentativa ambígua de superação dessas mesmas críticas. Em Simmel, a hiperestimulação sensorial continha também um potencial libertador. Nesse sentido, o novo modo de vida urbano poderia ser lido como uma reação do cidadão às novas condições de percepção geradas pela metropolização. Dessa forma, a experiência de modernidade metropolitana não geraria apenas alienação e reificação, indicaria ainda a possibilidade de uma liberdade individual.

Assim, o transeunte e o *flâneur* interessam a Simmel, em primeiro lugar, porque as práticas urbanas cotidianas de quem passa pela rua e da *flânerie* são consideradas como fatores de socialização para os cidadãos submetidos aos múltiplos estímulos do espaço da rua e colocam seu equilíbrio psicológico à prova. E, em segundo, porque a observação e o estudo dessas figuras parecem indispensáveis para a elaboração de uma microsociologia da vida cotidiana (Simmel, 2000e).

O transeunte é o indivíduo apressado que se desloca de maneira racional e objetiva, mecânica e quase automática por espaços urbanos estreitos sempre apertados, densos e hipertrofiados. O *flâneur* é aquele que percorre quase sempre o mesmo espaço, mas com

descontração, sem objetivo preciso. Entretanto, os pedestres são alternativamente, segundo seus tempos, transeuntes ou *flâneurs* na vida urbana. Seus estudos indicaram que o pedestre desenvolve uma atitude *blasé*, de reserva, aparentemente insensível à proximidade e aos olhares dos outros. Porém, essa reserva é interpretada como uma reação de insegurança, um sentimento de estar sendo ameaçado e uma reação à sugestibilidade indiscriminada pela proximidade e aglomeração dos corpos, mas também a própria forma que assume a urbanidade moderna e torna possível a vida nas grandes cidades (Simmel, 2000c, 2005).

Apesar de Simmel considerar excessiva a preocupação com métodos (certo fetichismo entre seus contemporâneos) e indicar a impossibilidade de leis sociológicas, diversos autores buscaram identificar os elementos referentes a uma forma própria de abordagem dos seus principais temas. Para Frisby (1992), há na abordagem simmeliana uma “autonomia estética” que se pode dizer antipositivista, antissistemática e antiacadêmica, ou seja, não busca um método causal-analítico ortodoxo. E a natureza dos seus trabalhos caracteriza-se por um ensaísmo consciente. Mesmo suas duas grandes obras *Filosofia do dinheiro* (1900) e *Sociologias* (1908) foram construídas a partir de ensaios caracterizados, por David Frisby, como “fragmentos que ele destaca para construir uma ciência da sociedade” (1992, p. 70). Por sua vez, Waizborg destaca sua capacidade para

[...] apontar para as variadas faces de seus infinitos objetos, para sua como que pulsão a desenrolar infatigavelmente os fios das relações, fios sem fim de

relações infundáveis. E quando temos uma configuração de uma constelação qualquer, que ele cuidadosamente arma para nós, é somente para nos mostrar que, no mesmo momento, ela já se foi, e é preciso escavar e escavar novamente. (2000, p. 589)

A leitura de Simmel traz para a discussão da metrópole dimensões epistemológicas significativas para a interpretação dos problemas contemporâneos que apontam para uma abordagem interacionista e fenomenológica. Trata-se de relacionar os espaços com os comportamentos corporais e formas de sociabilidade que indicam as maneiras como os indivíduos territorializam, desterritorializam e reterritorializam os lugares, para usar o vocabulário de Deleuze e Guattari (1995), se servem de seus corpos em ritmos específicos, de técnicas corporais repetidas nos espaços de modo cíclico ou linear e que envolvem processos tais como: deslocamentos, passagens, permanências ou interações, velocidades, aberturas e fechamentos, aproximações e afastamentos, agrupamentos e dispersões de indivíduos de modo regular, esporádicos ou excepcional. Essas práticas urbanas remetem à movimentação física de tipos urbanos variados como: transeuntes, moradores, turistas, ambulantes, mendigos que vivem diariamente nesses lugares. Trata-se de “uma relação dialógica que se instaura entre um espaço urbano e aquele que o atravessa, o percorre ou o explora” (Joseph, 1999, p. 35).

Outros autores precursores dessa abordagem da cidade “sensível” são Lefebvre (1992), quando propôs uma reinterpretação da cidade por meio da heurística da rua e dos ritmos da vida cotidiana, além de Certeau

(1994). Ressalta-se uma cidade praticada que se insinua no texto/conceito da cidade planejada e visível. Práticas do espaço que remetem às “maneiras de fazer” (ibid., 1994), aos “usos” dos espaços que evocam a coexistência física e social dos pedestres nos lugares públicos.

Nesse sentido, convém ressaltar que a experiência sensível do indivíduo na cidade contemporânea se liga às práticas e interações, aos lugares, às histórias vividas e às imagens coletivas presentes nos discursos compartilhados. Essas experiências e as trocas ampliam-se na metrópole contemporânea assim como também as tensões apontadas por Simmel. Amplia-se, sobretudo, a tensão entre a ruptura com o passado que está sob ameaça de perda, um presente que está em estado de crises constantes e um futuro que oferece possibilidades incertas, com riscos mundialmente compartilhados. Lembrando que hoje a mobilidade e velocidade das novas tecnologias de informação e de telecomunicação distinguem de modo mais intenso o espaço urbano atual daquele do início do século XX.

As cidades e as culturas contemporâneas: teorias, conceitos e imagens

As cidades e as culturas urbanas constituem-se como espaços em que as transformações das últimas décadas mais se fizeram sentir, impulsionadas pelas inovações tecnológicas e pelo desenvolvimento de novas formas de governança, gerando novas urbanidades e alterando as existentes.

As mudanças na esfera da produção afetam e modificam profundamente os sistemas e as formas de produzir bens de consumo, bem como de organizar o trabalho. Nas últimas três décadas do século XX e início do século XXI as transformações se estenderam ao tipo de território ou a processos de desterritorialização associados às mudanças tecnológicas e econômicas. A própria expansão física do espaço construído torna cada vez mais fácil encontrar características próprias da cidade em lugares tradicionalmente à margem dos processos de urbanização. As fronteiras ficam cada vez mais difíceis de serem definidas em termos estritamente espaciais.

Entretanto, esses fenômenos de desconcentração que fizeram da periferia um território mais flexível pela difusão e melhoria das redes de comunicação e telecomunicação, que ampliaram a importância das cidades de tamanho médio como centros urbanos importantes no marco da economia global, parecem não representar uma ruptura absoluta com o modelo de concentração historicamente característico do sistema fordista⁷ (Roncayolo e Paquot, 1992). Soja considera que, apesar das tendências centrífugas, a nodalidade centrípeta não desaparece (2000, p. 263). O binômio centralidade-difusão passa a marcar as cidades do mundo ocidental definido fundamentalmente em termos de redes (Castells, 1999). Fala-se de uma centralidade dependente dos níveis de competência, competitividade e cooperação dentro de um conjunto de redes urbanas.

Acrescentam-se também as novas formas de mobilidade e de construção cultural da velocidade que ampliam os territórios de fluxos configurando um cenário de mobilidade intensiva e uso extensivo do território próximo

ao que Harvey (1992) definiu como compressão espaço-temporal, ou seja, compressão do espaço e aceleração do tempo.

Além da metáfora da “mancha de azeite” evocada para simbolizar as fases de concentração urbana das cidades, da ideia de redes e de fluxos para explicar os modelos de organização do território urbano regional, temos o conceito de rizoma⁸ de Deleuze e Guattari (1995, 1997) como um dos exemplos dessas aproximações que se pode chamar de formais aos diferentes tipos de crescimento que a cidade vem desenhando sobre o território ao longo dos últimos séculos. A cidade-rizoma seria a metáfora de um sistema urbano constituído por territórios que crescem por desterritorialização e reterritorialização, que conjuga fluxos desterritorializados com características diferenciadas e relações que se situariam além dos critérios dicotômicos binários. Seriam relações mais complexas do que as definidas pelas típicas dicotomias centro-periferia ou campo-cidade.

Nesse ponto, convém mencionar a distinção conceitual entre cidade e urbano apontada por Delgado (2008). Ele afirma que:

A cidade não é o urbano. A cidade é uma composição espacial definida pela alta densidade populacional e de instalação de um amplo conjunto de construções estáveis, uma colônia humana densa e heterogênea constituída essencialmente por estranhos entre si (...) o urbano, ao contrário, é outra coisa: um estilo de vida marcado pela proliferação de teias relacionais deslocalizadas e precárias. (Ibid., p. 23)

Por seu turno, Remy e Voye descrevem a urbanização como “um processo que consiste

em integrar de forma crescente a mobilidade espacial na vida cotidiana ao ponto desta ser estruturada por aquela” (1992, p. 14) convertendo a instabilidade em instrumento paradoxal de estruturação que determina um conjunto de usos e representações de um espaço nunca plenamente territorializado.

Esse quadro geral de renovação teórica vem sendo desenvolvido a partir da constatação das transformações econômicas, tecnológicas, sociais e culturais que afetam as metrópoles e que expressam, sobretudo, uma reestruturação econômica pós-fordista⁹ ou pós-industrial com ênfase nas consequências da concentração tecnológica no território urbanizado, nas imagens de cidades emergentes que indicam processos de desterritorialização: a cidade global (Sassen, 1998), a metrópole dos indivíduos (Bourdin, 2005), a cidade conquistada (Borja, 2005), a cidade super exposta (Virilio, 1984), a cidade informacional, a tecnópolis ou o espaço de fluxos (Castells, 1999), a telepólis ou cidade à distância (Echeveria, 2000), a cidade virtual de bits (Mitchell, 2000), a metápolis (Ascher, 1995) ou a pós-metrópole (Soja, 2000; Cacciari, 2008).

Esses conceitos de cidade expressam alguns dos resultados concretos, a exemplo da fragmentação da estrutura social urbana e da própria cidade como espaço físico habitável, uma excessiva valorização da imagem, a espetacularização¹⁰ e a mercantilização da cidade enquanto objeto cultural (Debord, 1997; Jeudy e Jacques, 2006; Scocuglia, 2010). E, nesse sentido, a hegemonia de um conceito de cidade reificado que se expressa na celebração do privado, na patrimonialização e na criação de cenários (Fernandes, 2006; Scocuglia, 2010) paradoxalmente legitimados por meio de um

discurso generalizado de valorização e de intervenção sobre o espaço público.

A vida urbana fica cada vez mais marcada pela reapropriação capitalista da cidade, segundo uma dinâmica cujos elementos fundamentais e recorrentes são a conversão do espaço urbano em um parque temático, a “gentrificação”¹¹ de centros urbanos (Zukin, 2000; Scocuglia, 2010), a terceirização que implica a reconversão de bairros industriais inteiros, a dispersão de uma miséria crescente que não se consegue ocultar e o controle sobre o espaço público cada vez menos público.

Esses processos metropolitanos de alcance planetário são apontados como requerimentos da renúncia dos agentes públicos da suposta missão de garantir direitos democráticos fundamentais – o usufruto das ruas e praças em liberdade, de uma habitação digna e para todos, etc. – e a desarticulação do que resta do que um dia foi o Estado do bem-estar-social.¹² Essa renúncia ou abandono das responsabilidades do Estado em matéria do bem comum tem sido compatível com autoritarismos em outros âmbitos. As autoridades e técnicos se submetem ao liberalismo urbanístico que converte a cidade em produto de *marketing* e ao mesmo tempo ampliam o controle e a vigilância sobre o espaço público assegurando as operações imobiliárias e desfazendo a imagem que se poderia pretender oferecer de um espaço público expurgado de qualquer elemento de conflitividade. Outra expressão dessas ações de “pacificação” dos espaços públicos são a “limpeza” dos exteriores urbanos das presenças e condutas inconvenientes, a repressão e controle da pobreza e dos seus locais de concentração (Joseph, 2002; Bauman, 2009; Delgado, 2010).

Dessa forma, aquilo que Simmel chamava de tragédia da cultura e os processos que ele apresenta de forma paradigmática para explicar os fundamentos das mudanças no estilo de vida tipicamente metropolitano se exacerbaram a tal ponto que afetam de uma maneira ainda mais intensa a mentalidade do cidadão, em especial dos jovens, e as diversas formas de expressão cultural influenciadas pela mercantilização, por uma lógica de consumo e de espetacularização da vida em diversos sentidos. Em *Philosophie de l'argent* (1999), no capítulo sobre estilo de vida, Simmel mostra a preponderância da cultura objetiva sobre a cultura subjetiva como característica central da vida moderna, da divisão do trabalho e do consumo exacerbado. Essas são questões fundamentais de sua análise da alienação essencialmente associada a uma crítica da maneira como a técnica e o meio predominaram sobre os fins.

Esse abismo entre a cultura das coisas e a cultura dos homens, sempre maior nas sociedades movidas pelo dinheiro – que aliena, homogeneiza e retira “a coloração subjetiva do produto”, tornando-o impessoal, padronizado e neutro –, é característico da modernidade (Simmel, 2000b, p. 245). Hoje, encontra-se exacerbado dentro da lógica capitalista aprofundada, estendida e globalizada, descendo fundo até a intimidade da vida cotidiana. Três razões são apontadas por Simmel: a pluralidade dos objetos colocados à disposição no mercado, uma diferenciação na ordem de contiguidade e a multiplicação dos estilos, sintaxes particulares acentuando o sentimento de alienação dos seres diante das coisas.

Entretanto, Vandenbergue (2005) afirma que Simmel aponta para uma ambivalência

da modernidade que liga a dialética da reificação da vida e da alienação do indivíduo à reificação das relações sociais e a libertação do indivíduo. De certa forma contrabalançando a reificação com a personalização, ele indica não saber quem levará a vantagem nessas tendências coexistentes na sociedade mercantil. Contudo, alerta para os riscos da rejeição da forma, em nome da experiência imediata, quando o indivíduo tenta se proteger de sua própria alienação por meio da subjetivação excessiva e do culto da personalidade, fortemente presentes na sociedade contemporânea. Seriam, tanto quanto a alienação e a reificação, desvios do equilíbrio entre cultura objetiva e subjetiva.

Milton Santos, em outra chave de análise, fala de algo parecido quando alerta para uma urgência de reflexão sobre a cidade contemporânea enquanto “sistema de objetos e de ações”, tendentes a uma artificialidade, a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes (Santos, 2008) e diante de uma “práxis invertida” que tem o discurso como base da ação e dos objetos, impelindo os homens a cada dia aprenderem tudo de novo estimulados pelas “novíssimas inovações”, pelas novas dinâmicas e diferenciações. Seriam essas tarefas de um planejamento urbano regional que

[...] já não comporta fórmulas pré-fabricadas, nem pode admitir a utilização de teorias historicamente superadas. É na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que nos devemos inspirar, tanto para entender os problemas como para tentar resolvê-los. (Ibid., p. 91)

Mercantilização, espetacularização, fragmentação e desterritorialização das cidades

Se, por um lado, os processos contemporâneos de urbanização são cada vez mais marcados pela mercantilização da cidade e da vida urbana, por outro, a “modernização da sociedade” aprofundou e generalizou a lógica capitalista da cidade moderna produzida enquanto valor de troca e modificou a sua estrutura espacial e social no sentido da espetacularização (Debord, 1997), da “homogeneização” (Sassen, 1998) ou da “urbanização” (Muñoz, 2008)¹³ das paisagens urbanas.

Alimentada em grande parte pelas economias de serviços, desde os serviços profissionais ao turismo global e a uma redescoberta do setor cultural, essa tendência, observada nas metrópoles, é igualmente constatada nas cidades médias, nas quais os efeitos “negativos” da mercantilização da cultura e de uma espécie de culturalização generalizada e indiferenciada da cidade, dos seus espaços e de seus processos se fazem sentir de forma intensa nas propostas hegemônicas de intervenção nos espaços públicos (Fernandes, 2006).

Essa crítica ao processo atual de mercantilização e de espetacularização urbana se tornou recorrente no meio acadêmico diante da forma cada vez mais explícita pela qual se expressa no cotidiano da vida contemporânea. Discute-se, em especial, a existência de uma ruptura na relação da sociedade com seu passado e com seu futuro (ibid., pp. 53-59) e uma “hipertrofia da dimensão material e visual na

compreensão do conceito de cidade” descon siderando indivíduos ou grupos e a diversidade de suas histórias, memórias e experiências (Brito e Jacques, 2009).

Torna-se explícito o problema contemporâneo que Richard Sennet, em *Carne e Pele* (2008, p. 15), descreve como “a privação sensorial (...) a passividade, a monotonia e o cerceamento tátil que aflige o ambiente urbano”, cujas raízes o autor procura compreender por meio da investigação da história da relação entre corpo e cidade na civilização ocidental. Remonta à Roma Antiga, ao Medieval, ao Renascimento, ao século XIX até chegar aos tempos modernos e atuais, em que se privilegiam as sensações do corpo e a liberdade de movimento e, entretanto, essa carência dos sentidos tornou-se notável, demonstrando a influência que os novos conhecimentos científicos exerceram sobre corpos e a vida urbana, sinalizando para o problema dos projetos em que “urbanistas e arquitetos modernos tinham de alguma maneira perdido a conexão com o corpo humano” (ibid., p. 15).

Os primeiros indícios dessa desconexão, segundo esses críticos acima mencionados, são perceptíveis a partir das mudanças de caráter das populações das cidades. A massa de corpos que antes se reunia nos centros urbanos em experiências de diferenciação, complexidade e estranheza (aspectos que sustentam a resistência à dominação), hoje parece se dispersar em polos comerciais, se preocupa mais em consumir do que em outro propósito mais complexo, político ou comunitário.

No Brasil, esses problemas estão associados ainda à formação do espaço urbano marcada pelo patrimonialismo e fisiologismo

de grupos dominantes, e a um longo caminho ainda a ser percorrido com relação aos direitos sociais e à cidadania (Carvalho, 2003; Leitão, 2009), o que resultou na constituição de cidades excludentes nas quais os trabalhadores de baixa renda não têm acesso garantido a moradia, nem aos serviços e equipamentos públicos de qualidade. Segundo Maricato (2001), essa situação se agravou após a crise econômica das décadas de 1980 e 1990, aprofundando o óbice da “não cidade”, definida por se encontrar fora da esfera dos direitos, do acesso aos referidos serviços e equipamentos públicos.

Conforme ressalta Caldeira (2000, p. 212), certos valores estão ameaçados em diversas cidades de âmbito nacional e internacional. O espaço público não promove mais o ideal moderno de universalidade, ao contrário, promove a separação, a exclusão e a ideia de que os grupos sociais precisam viver em enclaves homogêneos, “enclaves fortificados”, isolados daqueles considerados diferentes. Delineia-se um novo padrão de segregação espacial que serve de base a uma nova esfera pública acentuando as desigualdades sociais e as estratégias de exclusão.

Deleuze e Guattari (1997) reforçam essa ideia ao afirmarem que as cidades modernas sempre foram marcadas pelo signo do confinamento, “aparelhos de captura” as cidades nasceram com muros, fortalezas renascentistas ou herdadas do mundo medieval. Posteriormente, a “maquinaria territorial” é construída para controlar os diversos fluxos que as atravessam, incluindo o controle do olhar. Andrade (2008, p. 100) identifica a emergência de um padrão de privacidade associado ao conforto e a um bem-estar cujos meios de

produção e os efeitos possam ser controlados. Refere-se, assim, tanto aos “modernos banheiros assépticos quanto os *shoppings centers* com suas praças de alimentação como máquinas de conforto” que regulam parte das vidas íntimas e públicas.

Por outro lado, Borja (2005), analisando o que chama de “cidade conquistada” que se irradia a partir de seus centros, destruindo as persistências antigas, tornando-se acidentes nesse sistema irradiante, considera que essa expansão é cada vez mais fortuita, menos programada e governada. Quanto mais a “rede nervosa” da metrópole se dilata, mais ela devora o território ao redor, mais seu “espírito” parece desaparecer; quanto mais poderosa ela se torna, menos ela parece conseguir ordenar racionalmente sua vida. Um tipo de “crise espacial” análoga àquela do Estado moderno na sua soberania territorial. Os poderes que determinam o crescimento metropolitano conseguem cada vez menos territorializá-la, ordenar as formas de “viver juntos”, visíveis e observáveis sobre o território.

Na mesma direção, Cacciari, no artigo *Nomades en prison. Réflexions sur la post-métropole* (2008), chega a afirmar que a cidade está por todo lugar. Não habitamos mais cidades, mas territórios desterritorializados. A possibilidade de fixar os limites da metrópole parece inconcebível ou é uma possibilidade reduzida a uma tarefa puramente técnico-administrativa. As fronteiras espaciais são estabelecidas, sobretudo pelas conexões, pela geografia dos acontecimentos, pelas redes de comunicação. À medida que essa rede se expande, expandem-se as fronteiras e ela não é feita senão para ser ultrapassada.

Pelo que foi visto até aqui, mesmo que ainda existam atividades que possam ser definidas como centrais e que orientem a partir delas as formas de conexões, as mobilidades etc., essas polaridades podem se organizar hoje em qualquer lugar. Os acontecimentos produzidos por decisões de investimentos produtivos, comerciais, administrativos, etc., podem ser localizados sem contar com os eixos tradicionais de expansão da cidade. O papel do centro e da periferia pode mudar continuamente sob a lógica da especulação e do mercado.

No entanto, o paradoxo ou a tragédia, no sentido simmeliano, se coloca nos seguintes termos: a mesma energia que libera a metrópole nas últimas décadas, essencialmente desterritorializante é a que tem o potencial para resistir ao processo de desterritorialização. Refiro-me a uma abordagem topológica dos espaços, pela relação entre espaço e corpo, por construir lugares adequados aos indivíduos, suas histórias e memórias, pela observação e análise das práticas urbanas cotidianas, pelas formas de arte e de expressão corporal, bem como pelas mobilidades que estimulem a desaceleração, a deriva e a apreciação lenta dos percursos.

Paola Berenstein Jacques, numa visão especulativa e menos pessimista, aponta a desterritorialização como uma solução para o distanciamento do urbanista da experiência urbana, da própria vivência da cidade praticada. Concentra-se no que chama de “postura do urbanista errante”:

[...] aquele que (...) se preocupa mais com as práticas, ações e percursos do que com as representações gráficas,

planificações ou projeções, ou seja, com os mapas e planos, com o culto do desenho e da imagem (...) que não vê a cidade somente de cima, em uma representação do tipo mapa, mas a experimenta de dentro, sem necessariamente produzir uma representação qualquer desta experiência. (2006, p. 118)

Para essa autora, há três temporalidades distintas desse processo: orientação, desorientação e reorientação, também presentes no pensamento rizomático de Deleuze e Guattari (1997), nas noções de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, já mencionadas. O momento central seria a desterritorialização, quando são aguçados os sentidos e tem-se outra percepção sensorial, além da visão, instada também pela "lentidão do errante que não se refere a uma temporalidade absoluta e objetiva, mas sim relativa e subjetiva, ou seja, que vai além da representação meramente visual" (ibid. 2006, p. 123). Nessa mesma direção, considera ainda que um possível "antídoto" à espetacularização, homogeneização seria a experiência corporal das cidades, que traz em si a possibilidade tanto de crítica da atual espetacularização quanto de outros caminhos de pesquisa. As formas seriam as "erâncias", a "lentidão" e a "relação corporal" com a cidade.

Observações finais

Em um jogo de aproximação e afastamento, todos os aspectos discutidos ao longo deste texto tiveram como fio condutor o pensamento de Georg Simmel e as teorias contemporâneas sobre as metrópoles. As abordagens teóricas

e metodológicas que mais se aproximam ou dialogam com a forma como Simmel analisa a cidade e a modernidade, como considera ser possível identificar o "espírito" da metrópole, são aquelas que trabalham nos cruzamentos dos campos disciplinares buscando os próprios pesquisadores se desterritorializarem e reterritorializarem em suas práticas e também valorizarem a experiência e a vivência cotidiana ordinária da cidade.

Portanto, a atualidade do pensamento de Simmel sobre as metrópoles e a modernidade está em procurar relacionar os fenômenos estruturais de constituição das culturas urbanas aos aspectos cotidianos dos indivíduos que vivem essa experiência. Perceber as possibilidades de extrair o invariável e o essencial dos fenômenos mais casuais e cotidianos. O desafio é imenso.

Hoje, as megalópoles abrigam populações desmesuradas enquanto o isolamento em condomínios, o consumo e o lazer realizados em *shopping centers* privam o habitante da acessibilidade, do encontro com o outro, da diversidade e da gratuidade que eram, em tese, as condições da cidade da modernidade democrática. O turismo em grande escala, a televisão e a *internet* homogeneizam as atividades humanas, o espaço e o tempo são cada vez mais separados um do outro pelas novas tecnologias e sua velocidade. As representações do real chegam a nós defasadas com relação às nossas vidas, às nossas práticas e vivências. A urbanidade e nossas relações interpessoais tornam-se bem mais fragmentadas e seletivas.

As transformações tecnológicas e culturais nas cidades contemporâneas são profundas, irreversíveis, antropológicas e afetam o ser urbano na sua identidade e na noção de

fronteira e territorialidade. O confronto com diversas formas identitárias e culturais leva o cidadão a admitir sua condição de ser limitado, mas sem fronteiras. A dialética da metáfora da ponte e da porta, apontada por Simmel, revela, em parte, o futuro do urbano, indicado pela urbanização planetária e pelas tecnologias de comunicação que nos convidam a combinar, incessantemente, a lógica dos lugares e a lógica dos fluxos com o objetivo de delimitar, real e virtualmente, nosso lugar. A possibilidade de libertação dessa dialética de um esquema binário, de rizomatizá-la, de admitir uma saída desse paradoxo passa, então, por atravessar sem cessar as fronteiras dos territórios mutantes existenciais.

E, dessa forma, a produção e a reflexão sobre a cidade não podem prescindir dos conhecimentos gestados em outros campos disciplinares, em especial, da sociologia, da antropologia e das artes. Há uma necessidade crescente de aproximação entre áreas sensíveis desses campos de conhecimentos, no sentido da valorização das subjetividades, das práticas cotidianas, das experiências de copresença nos espaços urbanos e dos instrumentos analíticos e conceituais que podem fundamentar uma compreensão da experiência de vida nas cidades contemporâneas a ser rebatida na prática de intervenção e na concepção de novos espaços e cidades mais humanitários.

Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia

Arquiteta e urbanista, mestrado em ciências sociais, doutorado em sociologia, pós-doutorado em sociologia e antropologia. Docente e pesquisadora do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa, Paraíba, Brasil).

scocuglia@terra.com.br

Notas

- (1) A cultura é uma síntese do espírito objetivo e do espírito subjetivo e somente nela há essa possibilidade. Funciona em um duplo caminho: subjetivação do objeto e objetivação do sujeito. O processo cultural de aperfeiçoamento do sujeito (o cultivo) é uma forma resultante da objetivação do espírito. É como um ciclo sujeito-objeto, objeto-sujeito, no qual este último sujeito, distinto do inicial, imergiria como um sujeito mais completo, cultivado.

- (2) Nessa teia de relações, os objetos têm sempre função mediadora e o fim é sempre o sujeito. Porém, na modernidade, acontece algo que rompe essa corrente, o objeto sai da sua posição mediadora e ganha autonomia. Isso se consolida na alienação do objeto em relação ao sujeito, na transformação dos meios em fins identificável no exemplo do dinheiro de forma fundamental e mais acabada. Em sua “Filosofia do dinheiro” (1999), Simmel afirma que o objeto se torna independente e se aliena do sujeito. A origem dessa alienação é a divisão do trabalho que desprende o produto do trabalho daqueles que o fabricam, transformando-o em um fim em si mesmo. O paradoxo ou a “tragédia da cultura” seria uma espécie de fenda nessa síntese sujeito e objeto que mesmo estando na significação metafísica do conceito de cultura precisa ser compreendida no processo histórico, relacionada com a teoria do moderno e a análise do presente.
- (3) As citações das obras de Simmel retiradas das traduções publicadas em francês e inglês, a partir dos originais em alemão, foram traduzidas para o português pela autora deste artigo.
- (4) Os ensaios e trechos de livros mencionados neste artigo podem ser consultados nestes três livros.
- (5) Seria proceder por meio da “variação, expansão, captura, picada, expansão, conquista” (Deleuze e Guattari, 1995, p. 19). Trabalhar com uma multiplicidade de entradas e de relações entre elementos não dispostos de forma hierárquica, pela heterogeneidade dos seus componentes e pelas conexões organizadas entre linhas chamadas de direções em movimento. Seria experimentar, deambular, vivenciar em direções movediças.
- (6) Utilizo cidadão, diferentemente de quando utilizo transeunte, pedestre e cidadão porque, como coloca Isaac Joseph (1984), ele não se confunde com a figura do transeunte, nem com a do cidadão. É também utilizado pelos diversos tradutores das obras de Simmel para inglês e francês (inclusive trabalhados neste artigo) indicando aquele que ocupa os espaços urbanos, circula por territórios diversos e interage, em relações de aproximação e distanciamento que nem sempre produzem ações politizadas ou conduzem ao exercício da cidadania. É assim também que Isaac Joseph concebe o conceito de urbanidade.
- (7) O sistema fordista é um modelo de regulação econômica iniciada no período entre guerras, com origem nos anos 1930 e apogeu na década de 1960 até a primeira metade da década de 1970, no qual a produção de massa significava consumo em massa e um novo sistema de reprodução da força de trabalho, bem como uma nova política de controle e gestão deste (Harvey, 1992).
- (8) O rizoma é uma crítica ao pensamento moderno ocidental, articulado sobre estruturas hierárquicas e arvorecentes, caracterizadas por terem um começo e um fim, um passado e um futuro com sentido evolucionista, uma hierarquia de circulação das informações entre pontos e posições e por crescerem e se desenvolverem sobre a base dos raciocínios dicotômicos e da lógica binária. Ao contrário, o rizoma é definido pela circulação de estados, se caracteriza pela multiplicidade de entradas e de relações entre elementos não dispostos de forma hierárquica, pela heterogeneidade dos seus componentes e pelas conexões organizadas entre linhas chamadas de direções em movimento. “Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda” (Deleuze e Guattari, 1995, p. 32). Seria ainda uma estrutura sem um centro, caracterizada pela circulação de elementos heterogêneos, organizada em forma de *plateaux*, “uma memória curta ou uma antimemória” (ibid., p. 19).
- (9) Pós-fordista seria a fase posterior à longa etapa de expansão do capitalismo, posterior ao modelo de regulação econômica fordista e teria começado a partir da primeira metade da década de 1970.

- (10) A introdução do "espetáculo" como palavra-chave da teoria social contemporânea começou com Guy Debord e sua obra *A sociedade do espetáculo*, 1967. A obra contém 221 teses sobre a sociedade capitalista do pós-guerra. Debord postulou que o aumento do nível de vida engendrado pelo monopólio capitalista implicaria a erosão da riqueza e da diversidade do cotidiano. O desenvolvimento da sociedade de consumo representando a ampliação da alienação capitalista desde a esfera econômica (a alienação do trabalho) até atingir todas as esferas da vida. Espetáculo refere-se, portanto, à maneira como as imagens são mobilizadas para assegurar a influência da forma produtiva sobre o tempo do lazer, a fim de legitimar as relações sociais existentes e de colocar o indivíduo em uma situação passiva e contemplativa em relação a sua própria dominação.
- (11) Gentrificação é o apertuguesamento do termo de língua inglesa *gentrification*, que designa, de um lado, um processo de deslocamento e de mudança de população dentro dos setores urbanos centrais por categorias sociais mais abastadas e, de outro, a reabilitação física dos mesmos setores (Ruth Glass, 1964). Estudos mais recentes indicam que o conceito se transformou para incluir outros processos, atores sociais e espaços. Ver: Jovanka B. C. Scocuglia. "Imagens da cidade: cenários, patrimonialização e práticas sociais", 2010, e artigos diversos da revista *Espaces et sociétés. La gentrification urbaine*, n. 132-133, 2008.
- (12) Segundo Claus Offe (2005), o Welfare State ou Estado do bem-estar keynesiano, teve sua origem nos EUA, década de 1930, fundamentado em três princípios básicos: seguridade social, proteção ao emprego e política redistributiva.
- (13) Saskia Sassen defende a tese de que a urbanização contemporânea se caracteriza cada vez mais por uma homogeneização da paisagem urbana, alimentada em parte pelo fato de as cidades estarem passando a ser economias de serviços avançados, desde o crescimento dos serviços profissionais ao turismo global e o redescobrimto do espaço econômico do setor cultural (1998). Francesc Muñoz (2008), por sua vez, observa um tipo banal de urbanização do território que se pode repetir em lugares diferentes, a "urbanização": a produção de uma paisagem comum em escala global que conduz ao uso, à manipulação e à reavaliação de alguns elementos da esfera local em suas múltiplas dimensões: social, cultural ou em relação ao entorno construído.

Referências

- ANDRADE, C. R. M. de (2008). "Confinamento e deriva: sobre o eclipse do lugar público na cidade moderna". In: SOUZA, C. e PESAVENTO, S. J. (orgs.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- ARGAN, G. C. (1998). *História da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes.
- ASCHER, F. (1995). *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris, Editions Odile Jacob.
- BAUMAN, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BORJA, J. (2005). *La ciudad conquistada*. Madrid, Alianza Editorial.

- BOURDIN, A. (2005). *La métropole des individus*. Paris, Éditions de L'Aube.
- BRESCIANI, M. S. (2008). "Cidade, cidadania e imaginário". In: SOUZA, C. e PESAVENTO, S. J. (orgs.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- BRITO, F. D. e JACQUES, P. B. (2009). Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2. pp. 337-349.
- CACCIARI, M. (2008). "Nomades en Prison". In: FÜZESSÉRY, S. e SIMAY, P. (orgs.). *Le choc des métropoles. Simmel, Kracauer, Benjamin*. Paris/Tel-Aviv, Éditions de l'Éclat.
- CALDEIRA, T. P. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp.
- CANEVACCI, M. (2005). *Culturas extremas. Mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.
- CARVALHO, J. M. de (2003). *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- CERTEAU, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.
- DEBORD, G. (1997). *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DELEUZE, G. e GUATARRI, F. (1995). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. V. 1. São Paulo, Editora 34.
- _____. (1997). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. V. 5. São Paulo, Editora 34.
- DELGADO, M. (2010). *La ciudad mentirosa: fraude y miseria del modelo Barcelona*. Barcelona, Catarata.
- _____. (2008). *El animal público: hacia una antropología de los espacios urbanos*. Barcelona, Anagrama.
- ECHEVERRÍA, J. (2000). *Telépolis, la ciudad sin territorio*. Barcelona, Destino.
- FERNANDES, A. (2006). "Cidades e Cultura: rompimento e promessa". In: JEUDY, H. e JACQUES, P. (orgs.). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador, EDUFBA.
- FORTUNA, C. (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63. pp. 123-148.
- FRISBY, D. (1992). *Sociological Impressionism. A reassessment of Georg Simmel's social theory*. Londres, Routledge.
- _____. (2008). "Simmel et le paysage urbain de la modernité". In: FÜZESSÉRY, S. e SIMAY, P. (orgs.). *Le choc des métropoles. Simmel, Kracauer, Benjamin*. Paris/Tel-Aviv, Éditions de l'Éclat.
- FRISBY, D. e FEATHERSTONE, M. (orgs) (2000). *Simmel on culture: selected writings*. Londres/Thousands/Nova Delhi, Sage Publications.
- FÜZESSÉRY, S. e SIMAY, P. (orgs) (2008). *Le choc des métropoles. Simmel, Kracauer, Benjamin*. Paris/Tel-Aviv, Éditions de l'Éclat.
- GLASS, R. (1964). *Introduction to London: aspects of change*. London, Centre for Urban Studies. MacGibbon & Kee, p. XIII-XLII.
- GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I. (1979). *L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*. Paris, Les Éditions du Champ Urbain/Flammarion.

- HARVEY, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- JACQUES, P. B. (2006). “Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade”. In: JEUDY, H. P. e JACQUES, P. B. (orgs.). *Corpos e cenários urbanos – Territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador, EDUFBA, pp. 117-139.
- JEUDY, H. P. e JACQUES, P. B. (orgs.). (2006). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador, EDUFBA
- JONAS, S. (2008). “Simmel et Berlin: de grande ville à la métropole”. In: FÜZESSÉRY, S. e SIMAY, P. (orgs.). *Le choc des métropoles. Simmel, Kracauer, Benjamin*. Paris/Tel-Aviv, Éditions de l’Éclat.
- JONAS, S. e WEIDMANN, F. (2006). *Simmel et la ville : de la ville d’art à la métropole*. Paris, Harmattan.
- JOSEPH, I. (1984). *Le passant considérable*. Paris, Meridien.
- _____ (1999). Paisagens urbanas, coisas públicas. *Cadernos CRH. Espaço público. Questões de método*. n. 30/31, Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBA.
- _____ (2002). “Espace public, urbanité, citoyenneté”. In : JOLE, M. (org.). *Espaces publics et cultures urbaines. Actes du séminaire du CIFP de Paris 2000-2001-2002*. Lyon, Certu.
- LEFEBVRE, H. (1992). *Éléments de rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes*. Paris, Syllepse.
- LEITÃO, L. (2009). *Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos*. Recife, Ed. Universitária da UFPE.
- MARICATO, E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes.
- MITCHELL, W. (2000). *City of bits. Space, place and the infobahn*. Cambridge (Mass.), The Mit Press.
- MUÑOZ, F. (2008). *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona, G. Gili.
- OFFE, C. (2005). *Las nuevas democracias: transición política y renovación institucional en los países postcomunistas*. Barcelona, Hacer.
- PAQUOT, T. (2008). “Simmel: la métropole comme passage de frontières”. In: FÜZESSÉRY, S. e SIMAY, P. (orgs.). *Le choc des métropoles. Simmel, Kracauer, Benjamin*. Paris/Tel-Aviv, Éditions de l’Éclat.
- REMY, J. e VOYÉ, L. (1992). *La ville: vers une nouvelle définition?* Paris, L’Harmatan.
- RONCAYOLO, M. e PAQUOT, T. (1992). *Villes et civilisation urbaine, XVIII^e – XX^e siècle*. Paris, Larousse.
- SANTOS, M. (2008). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Edusp.
- SASSEN, S. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel.
- SCOCUGLIA, J. B. C. (2010). *Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.
- SENNET, R. (2008). *Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record.
- SIMMEL, G. (1971). *On individuality and social forms*. Chicago, University of Chicago Press.
- _____ (1987). *Philosophie de l’argent*. Paris, PUF.
- _____ (2000a). “The sociology of the space”. In: FRISBY, D. e FEATHERSTONE, M. *Simmel on culture: selected writings*. Londres/Thousands/Nova Delhi, Sage Publications.

- SIMMEL, G. (2000b). "Money in modern culture". In: FRISBY, D. e FEATHERSTONE, M. (orgs.). *Simmel on Culture. Selected Writings*. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi, Sage Publications.
- (2000c). "The metropolis and mental life". In: FRISBY, D. e FEATHERSTONE, M. (orgs.). *Simmel on Culture. Selected Writings*. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi, Sage Publications.
- (2000d). "Bridge and door". In: FRISBY, D. e FEATHERSTONE, M. (orgs.). *Simmel on Culture. Selected Writings*. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi, Sage Publications.
- (2000e). "The sociology of the senses". In: FRISBY, D. e FEATHERSTONE, M. (orgs.). *Simmel on Culture. Selected Writings*. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi, Sage Publications.
- (2005). As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, pp. 557-591.
- (2010). *Sociologie. Études sur les forms de la socialisation*. Paris, PUF.
- SOJA, E. (2000). *Postmetrópolis. Critical studies of cities and regions*. Oxford, Blackwell.
- SOUZA, J. e ÖELZE (orgs.). (1998). *Simmel e a modernidade*. Brasília, Editora UnB.
- VANDENBERGUE, F. (2005). *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru/Belém, Edusc/EDUFPA.
- VIRILIO, P. (1984). *L'espace critique*. Paris, Christian Bourgois.
- WAIZBORT, L. (2000). *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Editora 34.
- ZUKIN, S. (2000). "Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano". In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.

Texto recebido em 18/fev/2011

Texto aprovado em 7/abr/2011

